

Projeto de Avaliação Institucional

Comissão Própria de Avaliação – CPA

2024/2026



FUPAC



Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

“a instituição que se autoavalia irá criar mecanismos explícitos e adaptados à suas condições para verificar o grau de efetividade no alcance dos seus propósitos”.

Juliatto (1991)

Ponte Nova/MG
2024/2026



Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Código e-MEC: 14115

Nome da Instituição: Faculdade Presidente Antônio Carlos de PonteNova

Caracterização de IES: Instituição Privada sem fins lucrativos – Faculdade

Município: Ponte Nova

Estado: Minas Gerais

COMPOSIÇÃO DA CPA

MEMBROS DA CPA	NOME	CARGO NA CPA	CARGO INSTITUCIONAL OCUPAÇÃO
Representantes do corpo docente	Daiane Medeiros Roque Ferreira	Coordenadora da CPA	Docente
	Wilton Natal Milani	Docente	Docente
Representantes do corpo técnico-administrativo	Carlos Alberto Pereirade Sousa	Vice-coordenador da CPA	Secretário Acadêmico
	Samyra Batista de Freitas Lima	Funcionária Técnico - Administrativo	Assistente Administrativo
Representantes do corpo discente	Geovana Aparecida Gonçalves Patrício	Discente	Discente do curso de Pedagogia
	Ryhan Henrique de Souza	Discente	Discente do curso de Engenharia de Produção
Representantes da sociedade civil organizada	Maísa Cristina Sabino	Representante da Sociedade Civil	Pedagoga
	Jose Roberto LourençoJunio	Representante da Sociedade Civil	Administrador/Empresário

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
PARTE I - A INSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	6
1. DADOS INSTITUCIONAIS	6
1.1 Caracterização da Instituição	6
1.2 Localização	7
2. SÍNTESE DO PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL	9
2.1 Missão	9
2.2 Objetivos e Metas.....	9
PARTE II - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	16
1. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	16
1.1 Pressupostos teóricos	16
1.2 Objetivos	19
1.3 Dimensões	20
1.4 Fundamentos legais	21
1.5 Metodologia	23
2. DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO	28
2.1 Etapas da avaliação.....	28
3. DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES	30
4. AVALIAÇÃO EXTERNA	40
5. UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES	42
1.1. Divulgação dos relatórios	42
1.2. Reorientação das ações institucionais.....	43
1.3. Meta-Avaliação	43
CONCLUSÃO	43
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	44

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova expõe neste projeto as informações e procedimentos para a Avaliação Institucional a ser desenvolvida em 2024/2026, procurando incorporar as diretrizes, normas e recomendações contidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Além disso, define um modelo de sistematização dos dados coletados. Este documento apresenta as linhas gerais de como a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova realizará este ciclo de Autoavaliação Institucional.

O Projeto está estruturado em duas partes. A primeira parte trata da Instituição e do seu Planejamento Estratégico; a segunda, do Programa de Avaliação Institucional.

O Programa abrange itens como:

Avaliação Institucional: história, pressupostos teóricos, objetivos, dimensões, fundamentos legais e metodologia; diretrizes operacionais da Autoavaliação - etapas perspectivas da avaliação; detalhamento da avaliação das dimensões; avaliação externa; utilização dos resultados obtidos nas avaliações; cronograma; consideração final.

A CPA espera cumprir o cronograma estipulado e desenvolver seu Programa de Avaliação Institucional de forma que ele se torne um recurso estratégico de apoio à gestão e realmente contribua para a melhoria da Instituição.

PARTE I - A INSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1. Dados Institucionais

BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA E DA MANTIDA

A Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), entidade Mantenedora da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova, iniciou suas atividades em 1966 sendo uma entidade de natureza filantrópica, voltada para a prestação de serviços educacionais. Nos seus 55 (cinquenta e cinco) anos de atuação da FUPAC, seus esforços em prol da educação superior, já ultrapassaram a marca de mais de 50.000 (cinquenta mil) profissionais formados, egressos de suas salas de aulas, e incluídos no mercado de trabalho nacional e do exterior.

Essas características, bem como a grande capilaridade no interior mineiro, alcançando diversos municípios, tornam a FUPAC a entidade privada sem fins lucrativos de grande expressão no âmbito do Estado de Minas Gerais, cumprindo fielmente sua missão institucional, levando o ensino superior às mais afastadas localidades mineiras, incluindo na sua missão a divulgação do conhecimento e do ensino mesmo nos mais pobres e menores municípios. E, exatamente a essência da sua natureza jurídica, a ausência de finalidade lucrativa, que a faz diferente e única no universo das instituições de educação superior.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) caracteriza-se como um documento capaz de dinamizar os rumos da Faculdade por meio de novas leituras das concepções a ele subjacentes, por sua potencialidade de gerar reflexões e revisões permanentes.

As tradições culturais de Barbacena surgiram no século XIX, quando foi criado na cidade, em 1881, o célebre Colégio Abílio, do Barão de Macaúbas, cujas instituições educacionais, existentes no Rio de Janeiro/RJ e em Salvador/BA, eram as mais afamadas do Império. Na década de 1910, o Ginásio Mineiro de Barbacena era uma das mais importantes entidades escolares do Brasil. Poucos anos depois foi criado, na cidade, o Colégio Militar, um dos três únicos do País. Também é dessa época o Aprendizado Agrícola (hoje denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas - Campus Barbacena), um dos primeiros implantados no território brasileiro.

O presidente Antônio Carlos, barbacenense ilustre, que criou a Universidade de Minas Gerais, em 1928 a primeira do Brasil, foi o reformador do ensino no seu Estado, com evidentes repercussões em todo o País, quando governava os mineiros. Essa tradição despertou nos meios educacionais da cidade de Barbacena a esperança da criação de escolas superiores.

Em 1963, o Deputado Bonifácio de Andrada, por meio de um projeto de lei, criou a Fundação Universitária da Mantiqueira na sua terra natal, a qual, por iniciativa do Deputado Hilo Andrade passou, no ano de 1965, a denominar-se Fundação Presidente Antônio Carlos.

Em 1966, data de início das atividades da FUPAC, foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas. Em seguida, surgiram as Faculdades de Direito e Medicina, esta última, passou a partir de 1988 a pertencer à Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada (FUNJOBE).

Em uma contínua expansão, a Fundação Presidente Antônio Carlos passa a estar presente na cidade de Ubá, em 1970; e em Visconde do Rio Branco, em 1975. A FUPAC chega também a Leopoldina no ano de 1991; a Ipatinga, em 1993; e a Juiz de Fora, em 1996. Em 1997, a Fundação instala-se ainda em Conselheiro Lafaiete; no ano seguinte (1998) em Bom Despacho; e em 2001, em Araguari.

Aos 33 anos de atividade, em 1996, em reconhecimento à qualidade do ensino oferecido, nas 06 (seis) Faculdades da Fundação Presidente Antônio Carlos, localizadas nos municípios de Ubá, Visconde do Rio Branco, Leopoldina, Ipatinga e Juiz de Fora, transformam-se na Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, através do Parecer nº 549, de 14, de junho de 1996 e homologada pelo Ministério da Educação por meio da Portaria do MEC nº 366, de 12 de março de 1997. Posteriormente, foi acrescida de mais 03 (três) Campi, Bom Despacho, Araguari e Conselheiro Lafaiete, ficando o UNIPAC em 2001 com 09 (nove) Campi.

A partir de 2002, o Presidente da FUPAC, professor Bonifácio Andrada, visando à melhoria da qualidade da educação de base no Estado e consciente da necessidade de capacitação do profissional pedagógico da Educação, criou a Rede de Ensino Normal Superior com as Faculdades de Educação e Estudos Sociais em mais de 130 (cento e trinta) cidades espalhadas por Minas Gerais, o que promoveu uma grande revolução educacional no interior mineiro. Tal iniciativa atendeu às necessidades de cada região e à exigência instituída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, que determinou, a partir de 2006, imprescindível a formação superior para atuação dos professores em sala de aula.

Hoje, portanto, a FUPAC, com 55 (cinquenta e cinco) anos como Instituição de Educação Superior, está presente em muitas cidades de Minas Gerais, ofertando cursos de graduação, pós-graduação e/ou extensão.

Atualmente a FUPAC mantém a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova e um conjunto de outras Faculdades, nas quais funcionam cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas diversas áreas do conhecimento.

Breve história da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova é uma das instituições de Ensino Superior mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), entidade sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte – MG.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova iniciou suas atividades, nesta cidade em 2002, abrindo novas perspectivas para a educação e o desenvolvimento econômico e social do município e região. Atualmente a IES possui seis cursos em funcionamento, e o seu corpo docente é constituído por professores com titulação obtida em programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

A instalação oficial da FUPAC no município de Ponte Nova foi concretizada após convênio firmado com a Prefeitura Municipal. Inicialmente a Instituição foi credenciada como Faculdade pertencente à Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, instituição multicampi vinculada ao Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, iniciando suas atividades em 2002 com o curso Normal Superior.

Tendo como base análises mercadológicas, a Instituição iniciou seu processo de expansão com os cursos de: Administração e Educação Física - Licenciatura (2005) e Matemática (Licenciatura) em 2006. A partir de 2009, o curso Normal Superior foi transformado em Pedagogia, conforme autorizado pela Resolução CNE/CP no. 1 de 15 de maio de 2006, artigo 11. Em 2015 teve início o curso de Educação Física- bacharelado, em 2018 foi autorizado o curso de Engenharia de Produção, em 2019 foi autorizado o curso de Engenharia Civil e em 2021 foi autorizado o curso de Biomedicina.

Em setembro de 2008, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou inconstitucionais alguns artigos da Constituição do Estado de Minas Gerais, todas as IES's mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (além de outras fundações educacionais de Minas Gerais) passaram a integrar o Sistema Federal de Ensino. Assim, a partir de 2009, iniciaram-se os procedimentos para migração das IES's da FUPAC para o referido Sistema.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova, manteve seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade e promovendo a necessária aliança entre o ensino e a extensão, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade e região. Hoje a Faculdade mantém vários projetos e atividades de extensão que promovem esse estreitamento dos laços com a comunidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

2. SÍNTESE DO PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL

2.1 - Missão

Formar profissionais socialmente responsáveis, capazes de estender à comunidade em que vivem os conhecimentos das ciências, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região, do Estado e do País.

2.2 - Objetivos e Metas

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova é uma Instituição em desenvolvimento no cumprimento da sua missão e na realização dos seus objetivos e metas. Encontra-se, atualmente, em um processo de reflexões e revisões para expansão, reavaliando suas políticas educacionais de ensino e de extensão, da própria estrutura organizacional e funcional visando um salto de qualidade. Para concretizar os objetivos listados abaixo, a Faculdade estabeleceu metas de médio e longo prazo a serem executadas na vigência de seu PDI que compreende o período de 2023 a 2027, distribuídas na forma a seguir:

Eixo	Objetivo	Metas
	Garantir a efetividade da Avaliação institucional como instrumento de gestão.	- Revisar continuamente os instrumentos de autoavaliação, bem como o projeto e regulamento da CPA.

<p>I – Planejamento e Avaliação Institucional</p>	<p>Assegurar que a comunidade acadêmica perceba a avaliação institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da instituição</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a participação crescente da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional. - Fazer com que diretores, coordenadores, gestores e supervisores utilizem os resultados da avaliação institucional na elaboração de suas estratégias para o setor (Relatório da Autoavaliação, Relatórios de Avaliação Externa, Questionário do Estudante - ENADE).
<p>II – Desenvolvimento Institucional</p>	<p>Assegurar que a missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estejam contemplados nas políticas de ensino, de extensão, iniciação científica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o desenvolvimento e a perpetuidade das ações de sensibilização sobre a importância da Avaliação institucional para alcance de melhorias. - Garantir que os resultados da Avaliação (interna e externa) sejam divulgados e apropriados pela comunidade acadêmica. - Executar as políticas de ensino, de extensão e de iniciação científica em consonância com a missão, objetivos, metas, valores institucionais e o previsto neste PDI. - Mapear e automatizar os processos de Secretaria.
	<p>Implementar o Programa de Nivelamento</p> <p>Realizar a gestão do corpo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o comprometimento dos alunos com o Nivelamento. - Garantir a satisfação dos

<p>III – Políticas Acadêmicas</p>	<p>docente e técnico-administrativo.</p> <p>Garantir a sinergia entre os cursos de graduação e pós-graduação.</p> <p>Garantir um desempenho acadêmico.</p> <p>Garantir eficácia nos processos de comunicação internos e externos.</p>	<p>docentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a alocação do corpo técnico-administrativo de acordo com o perfil comportamental e aptidão. - Assegurar que os cursos de pós-graduação lato sensu tenham sinergia com os cursos de graduação e estejam voltados às demandas socioeconômicas da região. - Garantir bons resultados do ENADE e conceitos dos cursos de graduação. - Assegurar o uso de TIC's, metodologias ativas e práticas interdisciplinares, nos cursos de graduação e pós-graduação. - Estimular a produção científica do corpo docente. - Assegurar a realização de práticas efetivas de extensão voltadas ao desenvolvimento socioeconômico da região de abrangência da Instituição. - Garantir visibilidade/participação dos projetos/ações de responsabilidade social. - Implementar as campanhas e ações de sensibilização da comunidade acadêmica interna sobre o respeito às diferenças (deficiência,
--	---	--

		<p>faixa geracional, étnico-racial, credo, gênero, nacionalidade e orientação sexual), direitos humanos e educação ambiental.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer premiação para reconhecimento de pessoas/instituições que fazem a diferença na área social da IES. - Incentivar a participação do corpo discente em congressos e publicação de artigos em revistas científicas. - Criar, fomentar e incrementar a Revista de Iniciação Científica da Faculdade. - Garantir o funcionamento com qualidade dos programas de apoio ao estudante (atendimento psicopedagógico, social, acessibilidade, nivelamento, monitoria e ouvidoria). - Assegurar que os cursos de pós-graduação tenham percentual de mestres e doutores exigidos pela legislação. - Ampliar o uso de ferramentas e de meios de comunicação para divulgação de informações. - Elaborar até o final da vigência deste PDI, um plano de comunicação institucional.
	Capacitar o Corpo Técnico-Administrativo e Docente.	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a representatividade da

	<p>cursos ofertados;</p> <p>Implementar ações institucionais externas por meio de projetos de responsabilidade social.</p>	<p>cursos propostos no cronograma.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a enturmação média nos cursos para viabilizar o funcionamento das turmas. - Realizar manutenções preventivas para redução dos custos com substituição dos equipamentos. - Reduzir a evasão. - Ampliar receitas alternativas. - Desenvolver ações institucionais transversais a todos os cursos ofertados, tais como: Semanas Acadêmicas, Fóruns de Iniciação Científica, Oferta de Disciplinas de um núcleo comum, Projetos de Extensão comuns aos cursos ofertados. - Desenvolver projetos de extensão e responsabilidade social junto as comunidades de entorno da IES, tais como: Saúde nos Bairros, Palestras sobre alimentação Saudável, Práticas Regulares de Atividades Física, Ruas de Laser, etc.
<p>V- Infraestrutura</p>	<p>Garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Manter um acervo com títulos das bibliografias, básica e complementar, por unidade curricular, em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos cursos.

		<p>- Ampliar, no período de vigência deste PDI, a infraestrutura de tecnologia de comunicação e informação para atender qualitativamente os cursos.</p> <p>- Melhorar a infraestrutura física e de mobiliário para atendimento às atividades dos cursos e atividades administrativas.</p>
--	--	---

2.3. Opções Estratégicas

Para cumprir sua Missão, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova, pautará seus esforços para o horizonte estabelecido, atuando segundo as suas políticas internas de:

Planejamento Institucional, Produção Acadêmico-Científica, Responsabilidade Social, Comunicação Interna e Externa, Gestão de Pessoas, Administração Acadêmica e Gestão, Infraestrutura Física e Tecnológica, Planejamento e Avaliação, Atendimento aos Discentes e Egressos e Gestão Financeira.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), são adotadas estratégias e procedimentos para se atingir as metas e prioridades, e são utilizados métodos que garantam a viabilidade destas.

Destaca-se um conjunto de estratégias compreendidas em diferentes esferas assim configuradas:

1. Promoção do ensino de qualidade;
2. Aperfeiçoamento e desenvolvimento dos Recursos Humanos;
3. Ampliação da infraestrutura disponível;
4. Redefinição dos processos operacionais acadêmicos e administrativos;
5. Desenvolvimento e readequação dos sistemas de comunicação;
6. Ação social e atendimento ao estudante.

PARTE II - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesta segunda parte do projeto, será apresentado o Programa de Avaliação Institucional e traçadas as linhas mestras de execução da Autoavaliação segundo as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

1.1 - Pressupostos teóricos

O presente projeto diz respeito a um momento especial da Educação Brasileira, para o qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e a legislação complementar estabelecem que a autorização, o reconhecimento dos cursos e a extensão da autonomia universitária decorrerão dos resultados que comprovem alta qualificação da IES garantida na Autoavaliação Institucional e nas avaliações realizadas pelo Poder Público.

Observa-se, inicialmente, que o conceito de avaliação evoluiu com o tempo, passando está a ser entendida como um processo inerente a qualquer atividade humana. A partir dela, obtêm-se as informações que permitem conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliados

Nas duas últimas décadas, o termo, que antes era exclusivo do meio educacional, foi incorporado às gestões administrativas, com a implantação dos programas de Qualidade Total, como um insumo no processo de planejamento da Instituição. Avalia-se para corrigir rumos e melhorar a qualidade.

A educação superior registrou uma alta taxa de crescimento a partir dos anos noventa, tendo aumentado consideravelmente na última década. Isso veio a exigir das IES, a busca da qualidade em seus serviços, que necessariamente será uma decorrência da Autoavaliação realizada com fidedignidade e constância.

Já em 1998, a UNESCO publicou um documento intitulado Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI, que definiu qualidade em educação superior como: conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades.

De acordo com as premissas anteriores, a Avaliação Institucional passa a ser vital para sobrevivência das instituições, especialmente as de Ensino Superior e para as organizações se modernizarem e obterem uma melhoria contínua. A partir dela, obtêm-se as informações que permitem conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliados.

A prática da Avaliação Institucional está sendo adotada nas IES em função de exigências legais e demandas, tendo em vista a autonomia em que se movem e a competitividade que as impulsiona.

Dessa forma, o tema Avaliação Institucional assumiu papel central no processo de gestão das Instituições de Ensino Superior. Com essa prática e com essa visão, as IES brasileiras buscam alcançar a excelência acadêmica e a melhoria da qualidade de seus diferentes processos de gestão. Assim, como já foi enfatizado, a Avaliação Institucional constitui prática essencial da gestão das IES uma vez que permite a melhoria dos processos organizacionais. A busca pela qualidade nas IES brasileiras pressupõe um compromisso de auto renovação permanente.

Esse compromisso, por sua vez, exige a incorporação, por parte das instituições, de uma prática avaliativa como atividade constante e integradora dos processos administrativos e pedagógicos. Assim, é importante que um exame explícito, sistemático e participativo dos resultados obtidos em cada etapa avaliativa passe a apoiar um programa global de avaliação da Instituição. Esse programa, por sua vez, deve orientar-se no sentido da excelência acadêmica e do aperfeiçoamento institucional, tendo como pressuposto a melhoria contínua. Conforme Juliatto (1991, p. 132), “a instituição que se autoavalia irá criar mecanismos explícitos e adaptados à suas condições para verificar o grau de efetividade no alcance dos seus propósitos”. Dessa forma, a avaliação promove a discussão interna em torno dos temas relevantes para a gestão. Para tanto, a organização utiliza informações mais precisas, o que permite concretizar uma prática institucional orientada pela unidade de sua missão e de seus objetivos.

Por tudo o que foi dito, percebe-se que a avaliação se torna uma diretriz para as ações acadêmicas e administrativas das instituições de ensino superior e, a partir de 2004, tem por parâmetro a proposta governamental estabelecida pelo SINAES.

O SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi criado e transformado em Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e tem como finalidade “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (Diretrizes para a Avaliação do Ensino Superior, MEC, 2004).

Neste sentido, de acordo com as novas diretrizes, três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicadas em diferentes momentos, compõem o SINAES:

Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:

Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1º de setembro de 2004;

Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. A partir de 2009, todos os alunos estão sujeitos ao ENADE dos cursos avaliados, ainda de três em três anos. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, define as áreas que participarão do ENADE” (Orientações Gerais Para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições. INEP, 2004).

O que se espera de uma Instituição de Ensino Superior é que ela vá além da reprodução cultural. A própria internacionalização da educação requer que a IES prepare os seus alunos como profissionais competentes e cidadãos capazes de transformar a realidade com vistas ao bem comum.

Sem tudo isso, uma instituição tende a ser um mero aglomerado de pessoas agindo em direções variadas em função de interesses ou definições pessoais, e em geral, divergentes, de caprichos ou emergências ocasionais, de disposições emocionais do momento ou por situações de desenvolvimento pessoal, tomados como critérios para decidir o que precisa ou deve ser feito como tarefa típica – e definidora! – da instituição (Botomé 1996, p. 27).

Vários autores se preocupam em estudar o fenômeno avaliativo sob diversos ângulos, e enfatizam a necessidade de encará-lo com seriedade e fundamentá-lo cientificamente. A literatura apresenta diversos conceitos que apontam tipos e funções de avaliação. Todos eles reconhecem seus múltiplos papéis na tomada de decisões educacionais.

Os modelos de avaliação se voltam para pontos importantes que são orientadores da tomada de decisões, já que visam detectar as necessidades que serão processadas no planejamento de uma instituição ou de sistemas de ensino. Assim pensa também Dias Sobrinho (2000):

[...] a Avaliação Institucional é um campo de disputas que ultrapassam as questões mais aparentes e formais da organização e do gerenciamento das instituições educativas. É um campo de lutas em que estão em jogo questões de fundo, pois se reconhece, ainda que nem sempre se declare a força da Avaliação Institucional como ação de grande impacto da universidade. [...].

Estas considerações implicam a necessidade de intervenção sobre a natureza e os fins da universidade, sobre seu papel no desenvolvimento de uma determinada sociedade, sua interferência crítica ou sua participação cooperativa na consolidação de tendências de âmbitos globais. [...].

Enfim, avaliar a qualidade de uma instituição é medir sua efetividade e a vinculação entre seus objetivos e seus resultados. É julgar seu valor considerando tratar-se de uma instituição de ensino superior que promove continuamente uma análise dos seus processos.

A prática da Autoavaliação Institucional é um processo permanente de construção de uma cultura de avaliação e de sua disseminação na comunidade interna, que compromete todos os atores a consolidá-la. Desta forma, assume caráter formativo, pelo aperfeiçoamento tanto das pessoas quanto da instituição num processo de reflexão e autoconsciência institucional.

1.2 - Objetivos

A avaliação institucional na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova é compreendida como um processo que possibilita a transformação da IES, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente.

A Avaliação Institucional busca alcançar os seguintes objetivos:

Avaliar a atuação da Faculdade como instituição de ensino, visando a melhoria do desempenho institucional;

Subsidiar a gestão acadêmica como instrumento de orientação a ações futuras;

Prestar contas de suas ações à sociedade.

De maneira específica, a avaliação na Faculdade se propõe criar condições para:

Desenvolver a cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisito para o (re)planejamento do desenvolvimento da Instituição e (re)definição de sua proposta pedagógica, com vistas a sintonizar a Faculdade com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade;

Sensibilizar os segmentos acadêmicos e administrativos para reconhecimento da avaliação como um processo de melhoria da qualidade e da necessidade da participação de todos como recurso a ser utilizado para prestar contas à comunidade interna e externa em que a IES está inserida;

Redefinir os objetivos institucionais, a fim de sintonizar a Faculdade com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade;

Subsidiar o processo de planejamento institucional;

Criar mecanismos, seja por meio de reuniões, de seminários, de debates, de publicações ou de outras formas, para implementar: as práticas filosóficas, políticas e a ética educativa; as relações sociais e as condições de trabalho, a eficiência administrativa e a eficácia dos processos interpessoais que se desenvolvem nas distintas instâncias.

1.3 – Dimensões

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova contempla, em seu Programa de Avaliação Institucional, as dimensões básicas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a saber:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação;

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

Fundamentos legais

A legislação educacional brasileira expressa, em vários instrumentos, o compromisso com a Avaliação Institucional dos quais se destacam: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 - Capítulo IV, Art. 46), a Lei Federal nº 9131, de 24 de novembro de 1995; os Decretos Federais N°s 2026/1996, 3860/2001 e 5.773/2003; as Portarias N°s 2040/1997, 2041/1997, 2175/1997 e 302/1998 do MEC.

Abordando esses dispositivos regulamentadores, verifica-se que a Lei Federal 9131/95, em seu Art. 3º, determinou a realização de avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior. Foram enfatizados os Exames Nacionais de Curso, estabelecidos como condição para obtenção do Diploma de Conclusão de Cursos de Graduação na Educação Superior. O referido texto legal atribuiu aos órgãos centrais federais – Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação – o papel de formuladores e avaliadores da política nacional de educação.

O Decreto Federal nº 2026/96 tornou muito claro que os Exames Nacionais de Curso – ENC, proclamados pela Lei 9131/95, constituíram-se em apenas uma das dimensões de um processo global de avaliação das Instituições de Ensino Superior, favorecendo a compreensão dos elementos constitutivos do processo avaliativo. Em todos os textos legais, implícita ou explicitamente, percebe-se que a Avaliação Institucional era entendida como mecanismo de regulação e de controle institucional.

Posteriormente, o Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, dedicou todo o seu capítulo IV à avaliação e determinou, em seu art. 17, caput que a avaliação de cursos e instituições de ensino superior fosse executada pelo INEP. Para assegurar que o processo avaliativo tivesse certa semelhança e coerência, relacionaram-se nos incisos do artigo em seus parágrafos, as ações básicas a serem realizadas para esse fim.

Em 2006, o Decreto 5.773, foi publicado, este com um objetivo mais amplo, com vistas a disciplinar as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação. O capítulo IV foi dedicado à avaliação e estabeleceu processos avaliativos, dentro dos parâmetros do SINAES.

A Portaria MEC nº 2175/97 vinculou, oficialmente, os resultados das avaliações realizadas pelo MEC (Exames Nacionais de Curso) ao processo avaliativo global, determinando que eles se constituíssem em indicadores de qualidade e de desempenho de cursos e Instituições de Ensino Superior.

Nessa linha, o Plano Nacional de Educação – 2001, com vigência de 10 anos (até 2011), estabeleceu, entre os seus objetivos e metas, o compromisso de manutenção e o incremento de um sistema de avaliação da educação brasileira.

A Medida Provisória nº 147, emitida em 15 de dezembro de 2003, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, redefinindo finalidades, pressupostos, procedimentos gerais, órgãos responsáveis e obrigações básicas das IES no desenvolvimento do novo processo avaliativo.

Em abril de 2004, obedecendo ao fluxo legislativo, as regulamentações sobre a Avaliação Institucional assumiram caráter estatal com a aprovação da Lei 10.861, de 14.04.04, que, com algumas adequações predominantemente de forma, criou o já mencionado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES desencadeou um conjunto de regulamentações: definiu orientações avaliativas para as IES na sua totalidade; normatizou o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE; e delimitou competências para os diversos setores oficiais responsáveis pela sua implementação.

Dessas regulamentações, merecem menção especial aquelas que interferem diretamente na dinâmica das IES, conforme relação a seguir:

Portaria MEC Nº 2051, de 09 de julho de 2004 (regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Superior, instituído na Lei Nº 10861, de 14.04.04)

Portaria INEP Nº 107, de 22 de julho de 2004 (define critérios para a aplicação do ENADE)

Portaria INEP Nº 108, de 22 de julho de 2004 (define procedimentos técnicos para a aplicação do ENADE)

Os princípios orientadores do SINAES, bem como o caráter democrático dos procedimentos comuns estabelecidos nas suas regulamentações harmonizam-se com a dimensão emancipatória da avaliação educacional; entretanto é fundamental que a Autoavaliação Institucional seja fortalecida, ocupando o seu espaço de elemento de referência nas interlocuções com a avaliação externa (procedimentos regulatórios sob a responsabilidade dos órgãos oficiais).

Metodologia

A CPA da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova, respeitando os preceitos da legislação vigente, é constituída por 02 (dois) membros de cada segmento da comunidade acadêmica, assim também como da sociedade civil organizada a saber:

02 representantes do corpo docente, 02 representantes do corpo técnico-administrativo, 02 representantes discentes, e 02 representantes da sociedade civil organizada.

Em sua linha de trabalho e para o bom desenvolvimento da Avaliação Institucional, todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, em igualdade de participação, sem privilegiar a maioria absoluta de qualquer um deles, se envolvem no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ponte Nova e também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade.

Assim, a Avaliação Institucional consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades da Faculdade, durante todo o seu desenvolvimento, sendo que a CPA tem como um de seus objetivos a participação crescente de toda a comunidade acadêmica no processo auto avaliativo.

Esse processo ocorrerá em vários momentos, com a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, bem como da sociedade civil organizada:

- Avaliação do docente, professor por disciplina (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes e discentes);
- Avaliação do docente, pelo coordenador de curso (semestral);
- Avaliação do coordenador de curso pelo docente, professor e discente (semestral); e
- Avaliação Institucional Geral (envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, professores, coordenadores, Diretores, funcionários técnicos-administrativos, egressos do curso e representantes da sociedade civil organizada).

A coleta de informações para diagnóstico e estudo da realidade institucional é viabilizada por meio de um instrumento de coleta de dados (questionário do tipo estruturado) cujos dados, sempre atualizados, servem como subsídios para o processo de Avaliação Institucional.

O questionário compõe-se por questões objetivas, sendo possível marcar apenas uma opção das alternativas propostas. A coleta de dados se dá por meio de acesso individual dos respondentes ao questionário, disponibilizado por meio eletrônico em ambiente virtual.

Os questionários foram elaborados visando as particularidades de cada segmento e objeto de análise e foram formulados em consonância com os cinco eixos propostos pelo instrumento de avaliação institucional externa do INEP, publicado em outubro de 2017. Para cada eixo, foram construídos indicadores que refletem a realidade e a vocação da IES. As perguntas foram direcionadas e filtradas de acordo com o perfil de cada respondente (discente, docente, técnico-administrativo). Já para egressos, quando existentes, e para a sociedade civil, os questionários possuem formato de questões abertas

São utilizados também outros instrumentos diversificados para a coleta de dados como: análise documental, entrevistas com os funcionários dos setores, reuniões com grupos focais, etc.

Os questionários são respondidos pelo corpo Docente, pelo corpo Discente, pelo corpo Técnico-Administrativo, pelos egressos, quando existentes e pela sociedade civil.

As categorias e os indicadores aplicados a este instrumento foram construídos a partir de um levantamento feito junto aos setores envolvidos, a fim de retratar, com fidedignidade, a realidade e as expectativas dos interessados e envolvidos na avaliação, para propiciar diagnósticos confiáveis.

A coleta e análise de dados da Avaliação Geral acontece sistematicamente em ciclos, sendo que, em cada ciclo avaliativo serão realizadas duas coletas de dados.

A Avaliação para diagnóstico global é feita a partir da visão dos discentes, dos docentes, dos técnico-administrativos, dos egressos, quando existentes, e de representantes da sociedade civil. Os instrumentos utilizados nesta modalidade contemplarão as dez dimensões do SINAES.

A cada período da Avaliação é organizada uma campanha motivadora para que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e representantes da sociedade civil respondam às pesquisas.

A coleta e análise de dados da Avaliação Docente, também realizada através de questionários estruturados e disponibilizados por meio eletrônico, acontecem sistematicamente a cada semestre letivo sendo feita a partir da visão discente e docente, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas de todos os cursos, detectando pontos de excelência e carência.

Assim sendo, a Avaliação Docente quer indicar os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética; compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente.

Cada aluno responde a um questionário contendo as questões referentes aos componentes curriculares nos quais está matriculado no semestre, tendo, desta forma, oportunidade de avaliação dos docentes de todas as disciplinas. A pesquisa na modalidade Avaliação Docente será por amostragem e terá como percentual representativo o mínimo de 30% (trinta por cento) do número de alunos de cada classe. Estes alunos serão escolhidos aleatoriamente, buscando o máximo de neutralidade para esta representação.

A Comissão Própria de Avaliação organiza as campanhas de avaliação, com o auxílio do Diretor, Coordenadores de Curso e representantes de classe, que colaborarão para a divulgação das datas, formas e objetivos do exercício de avaliar.

Os avaliadores de todos os segmentos, depois de cadastrados no sistema, respondem aos questionários de forma on-line. Inicialmente a pesquisa nesta modalidade deverá ter como percentual representativo o mínimo de 70% - (setenta por cento) de cada segmento de avaliadores, sendo que por meio das campanhas de sensibilização, ações de marketing em mídias sociais, eletrônicas e impressas, bem como demonstração das conquistas realizadas a partir da avaliação institucional, espera-se o engajamento crescente da comunidade acadêmica nas campanhas de avaliação, com o objetivo de atingir a participação de 100% (cem por cento) de toda a comunidade acadêmica interna (professores, alunos e funcionários técnico-administrativos), bem com o crescimento de minimamente 20% do número de entrevistados da sociedade civil em cada ciclo avaliativo.

Os egressos, quando existentes, participam desta avaliação geral, respondendo a questionários próprios de forma on-line, e os representantes da sociedade civil organizada responderão a questionário com questões abertas.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos, em especial, quando houver a participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, é de fundamental importância a primeira fase do processo, que é a sensibilização.

Divulgar as melhorias alcançadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional é considerada como importante e eficaz estratégia para gerar o engajamento dos setores envolvidos.

A mobilização tem previsão de início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolverá, primeiramente, o diretor e os coordenadores de curso. Como parte dessa mobilização interna, a Faculdade tem como estratégia a realização de reuniões com os representantes de turma e coordenadores de cursos, na qual é explicado o processo de autoavaliação, o órgão responsável (CPA), a metodologia utilizada, as finalidades da mesma e as melhorias alcançadas.

Essa comunicação ressalta como este processo facilita aos cursos e à toda a Instituição a oportunidade de se conhecerem melhor e refletirem sobre o que fazem, como se organizam e agem, ao mesmo tempo em que podem descobrir como são vistos pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Na reunião será ressaltado, ainda, a importância de todos trabalharem juntos pela melhoria da educação, conseguindo identificar as fragilidades e assim ter a oportunidade de corrigir as ações de acordo com os objetivos traçados.

Em seguida, a previsão é de que os docentes e funcionários técnico-administrativos e, por fim, a comunidade discente sejam sensibilizados a participar com a ampla divulgação da versão dos modelos específicos.

Com o objetivo de gerar comprometimento com o processo de autoavaliação, são utilizados meios formais de comunicação com todas as áreas avaliadas como, por exemplo, carta ao responsável do setor administrativo ou acadêmico, e-mails, SMS, cartazes informativos nos ambientes acadêmicos, site da Instituição, redes sociais, portal do aluno e do professor.

A CPA acredita que a participação dos professores no processo de divulgação, é extremamente importante, visto que eles são os maiores disseminadores das informações acadêmicas. Sendo assim, os docentes também receberão durante todo o período da Avaliação Institucional materiais informativos.

Um componente essencial para a realização das avaliações internas é a cooperação expressiva da comunidade acadêmica nos processos avaliativos. Para que a participação voluntária seja efetiva e confiável é preciso que os atores envolvidos tenham conhecimento da existência desses processos e da sua importância para a Faculdade, o que pressupõe disseminação de uma cultura de avaliação.

Desse modo, as ações são iniciadas pela CPA e procuram alcançar os diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

Para o fluxo de SENSIBILIZAÇÃO ser eficaz deve envolver a Direção, as Coordenações de Curso, os setores administrativos, os docentes e os discentes, em conjunto com a CPA no intuito de desenvolver ações que objetivam dar visibilidade aos processos avaliativos.

Assim são realizadas, no início de cada ciclo, reuniões para definir novas ideias relativas à divulgação das avaliações, no sentido de aprimorar a utilização dos meios de comunicação, a exemplo das redes sociais, com a inserção de vídeos explicativos, folders, banner, depoimentos, etc.

Por outro viés, há um momento em que a comunidade acadêmica será convidada a responder os formulários eletrônicos de coleta de dados, customizados para cada um dos segmentos.

O convite é realizado por meio de e-mail e o acesso ao questionário corre tanto pelo link encaminhado quanto através do login nos sistemas informatizados da Faculdade.

Também é feito contato com os coordenadores de curso, permitindo que informações mais detalhadas acerca das avaliações possam ser repassadas a fim, inclusive, de demandar uma divulgação mais incisiva e individualizada nos respectivos cursos.

A sensibilização também abrange a confecção de cartazes que são distribuídos por toda a instituição, além de chamadas nas redes sociais oficiais. Como forma de permitir a apropriação dos resultados por todos os membros da comunidade acadêmica, após a coleta e a sistematização dos dados, novamente é enviado e-mail a todos os segmentos, de modo a realizar a devolutiva dos resultados obtidos de forma sintética e analítica, informando que os relatórios elaborados a partir dos questionários encontram-se na página eletrônica da CPA.

Além disso, os resultados das avaliações são divulgados em reuniões com todos os membros da comunidade acadêmica. Os Coordenadores de Curso têm acesso aos dados sobre os docentes e as disciplinas vinculados ao seu respectivo Curso. Os professores apenas acessam a sua avaliação individual como docente e de sua(s) disciplina(s).

Com o objetivo de trazer o feedback dos processos passados e de promover a sensibilização para processos futuros, bem como para garantir a apropriação dos resultados, a CPA realiza diversos eventos, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, inclusive com representantes da sociedade civil organizada.

Com base nessas ações, a CPA pretende consolidar cada vez mais a cultura de avaliação, principalmente junto aos discentes, o que envolve não somente o momento anterior ao período de consulta, mas inclusive o posterior, no sentido de trazer ao conhecimento dos alunos uma devolutiva dos resultados rápida e clara para que estejam mais conscientes dos pontos fracos e fortes relativos aos cursos e à instituição e possam contribuir com debates sobre o aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.

Durante o período da Avaliação Institucional, a CPA fica responsável em compartilhar os índices de participação discente, para toda a comunidade acadêmica. Via sistema próprio (plataforma de gestão da Avaliação Institucional), o presidente verificará as participações por curso e turma, para que a CPA consiga atuar assertivamente.

DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO

Etapas da avaliação

Etapa de preparação

O objetivo desta etapa é planejar a Autoavaliação, estimular e envolver os atores no processo. Esta etapa prevê as seguintes ações a serem realizadas pela CPA:

Planejamento de um Programa que leve em conta os termos da adesão às diretrizes contidas no SINAES. Este programa compreende a redefinição dos objetivos, as estratégias, a metodologia, os recursos e o calendário das ações avaliativas. O planejamento deve levar em conta as características da instituição e sua experiência avaliativa anterior.

Sensibilização - serão utilizados vários meios para se atingir o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa como realização de palestras, “folders” explicativos, cartazes e outros. A sensibilização deve estar presente nos momentos iniciais e na continuidade das ações avaliativas, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo.

Etapa de desenvolvimento

Esta etapa tem como objetivo a concretização das atividades que foram programadas no projeto de Autoavaliação.

Estão presentes as seguintes ações:

Realização de reuniões ou debates de sensibilização;

Realização das técnicas programadas através de reuniões, para apresentação das diretrizes do SINAES e do Projeto de Autoavaliação da Faculdade, discussões internas e apresentação das sistematizações de resultados e outros;

Revisão e reestruturação dos instrumentos para a coleta de dados (questionários e outros);

Definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;

Definição das condições materiais e humanas para o desenvolvimento do trabalho;

Definição de reuniões sistemáticas de trabalho;

Elaboração de relatórios parciais e final; e

Organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.

Etapa de consolidação do processo e programação de redirecionamento

O objetivo desta etapa é o de elaborar, analisar e divulgar o relatório final. Contempla também a realização de um balanço crítico do processo avaliativo (meta-avaliação) e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

As ações previstas nesta etapa são:

organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica; elaboração de um relatório final que expresse os resultados das discussões, análise e interpretação dos dados;

divulgação para a comunidade acadêmica dos resultados obtidos; e

planejamento da aplicação dos resultados visando ao saneamento das deficiências encontradas.

DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES

Serão avaliadas as 10 (dez) dimensões previstas no SINAES, agrupadas em 5 (cinco) eixos, a saber:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional:

Relato Institucional; e 8ª dimensão: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

1ª Dimensão: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e 3ª

Dimensão: A responsabilidade social.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas:

2ª Dimensão: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão; 4ª

Dimensão: A comunicação com a sociedade; e

9ª Dimensão: Políticas de atendimento aos estudantes

Eixo 4: Política de Gestão:

5ª Dimensão: As políticas de pessoal; 6ª

Dimensão: Organização e gestão; e

10ª Dimensão: Sustentabilidade financeira

Eixo 5: Infraestrutura:

7ª Dimensão: Infraestrutura física.

Todos os segmentos da Faculdade identificarão aspectos positivos e negativos em relação a cada dimensão avaliada. A partir da identificação destes aspectos, será possível desenvolver políticas institucionais para neutralizar ou superar os aspectos negativos e para intensificar o investimento nos aspectos positivos, maximizando-se o que existe de melhor na Instituição.

A coordenação geral dos trabalhos de Avaliação Institucional caberá à Comissão Própria de Avaliação (CPA). Todavia, como são diversos os aspectos a serem avaliados, os setores próprios da Faculdade serão responsáveis pela prestação de informações e pela fidedignidade delas.

EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este eixo tem como foco:

O **Relato Institucional**: demonstração da evolução institucional em relação aos processos de Planejamento e de Avaliação Institucional. Nele deve constar: síntese da avaliação do PDI; síntese histórica da Autoavaliação Institucional da Faculdade; síntese histórica do planejamento e das ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações; e evolução histórica da Avaliação Institucional na Faculdade.

A **Dimensão 8**: planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão

Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com oPDI e com os projetos pedagógicos dos cursos.

Articulação entre diferentes ações do planejamento geral da instituição e sua materialização no PDI e com os projetos pedagógicos dos cursos.

Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

Formas, maneiras e perspectivas de apresentação e expressão dos procedimentos avaliativos face ao acompanhamento do planejamento institucional e das atividades educativas.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

Projeto de Desenvolvimento Institucional;

Projeto Pedagógico dos Cursos;

Relatórios Parciais e final de Autoavaliação;

Ações decorrentes dos resultados da Autoavaliação;

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações programadas para levantamento dos dados desta dimensão:

Reuniões para análise do PDI;

Análise documental;

Atualização e aplicação de questionário de autoavaliação, contemplando as 10 (dez) dimensões do SINAES, a ser respondido pela comunidade acadêmica;

Consolidação e análise dos resultados dos questionários aplicados;

Verificação da execução das ações planejadas de todas as dimensões;

Divulgação do processo de avaliação já realizado e de seus resultados;

Discussão dos resultados da Autoavaliação com a comunidade acadêmica;

Produção de relatórios parciais e final;

Inserção dos relatórios parciais e final no sistema e-MEC, até 31 de março de todos os anos;

Realização da Meta-avaliação.

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

Análise das finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais;

Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;

Análise das características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;

Articulação entre o PDI e os PPCs no que diz respeito às atividades de ensino, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;

Projeto Pedagógico dos Cursos - PPC;

Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos na instituição.

Avaliação e atualização do PDI (realização de reuniões, consultas).

Descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES).

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

Análise documental;

Reuniões para discussão do PDI e dos PPCs.

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

Transferência de conhecimento e importância social das ações e impactos das atividades técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;

Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;

Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa, etc.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

Caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras;

Descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ongs, centros de saúde, escolas, clubes e outros;

Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida;

Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

Levantamento dos programas e ações desenvolvidos pela IES; análise documental.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

Ensino

Análise de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino-aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares;

Análise das práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento;

Análise da pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;

Análise das práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

Iniciação Científica

Este item será cumprido sob a forma de investigação científica, uma vez que esta IES não constitui uma universidade.

Por Investigação Científica entende-se a formação do aluno em disciplina que aborda os princípios da Metodologia Científica e da elaboração de trabalhos acadêmicos que atendam a essa metodologia.

Pretende-se com isso dar oportunidade ao aluno de conhecer a linguagem científica e de produzir trabalhos de cunho também científico.

Assim, em todas as disciplinas, os professores poderão e deverão incentivar e até mesmo exigir que os alunos apliquem os fundamentos da metodologia científica no planejamento e elaboração de trabalhos acadêmicos.

Extensão

Análise da extensão e da intervenção social afirmada no PDI;

Análise da articulação das atividades de extensão com o ensino e a iniciação científica e com as necessidades e demandas do entorno social: nivelamento acadêmico;

Análise dos projetos de extensão de caráter social;

Verificação da participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenções sociais e o respectivo impacto em sua formação.

Pós-Graduação Lato Sensu (lato sensu)

Análise das políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação lato sensu.

Documentação, dados, indicadores e pessoal envolvido na avaliação desta dimensão:

Currículos e programas de estudos;

Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo;

Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES;

Sistematização das atividades de extensão;

Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas;

Setores Responsáveis: CPA, coordenação pedagógica e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

Análise documental;

Análise das atividades de extensão da Faculdade;

Análise dos currículos;

Levantamento das práticas pedagógicas.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;

Ações de apoio a órgãos públicos e privados da região com o objetivo de legitimar a função social da Faculdade diante das necessidades da Comunidade;

Imagem pública da Instituição nos meios de Comunicação Social.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

Meios e canais de comunicação utilizados para tornar públicas as atividades da instituição na comunidade externa;

Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos; Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios-web de divulgação; Manual do aluno;

Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição;

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

Análise documental;

Reuniões para identificação das políticas e ferramentas de comunicação existentes;

Análise dos meios e canais utilizados na comunicação interna e externa.

Dimensão 9: Política de atendimento aos estudantes

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

Implantação do Núcleo Psicopedagógico para atendimento dos Alunos com dificuldades de aprendizagem, acompanhamento ao Professor com orientações didático- pedagógicas;

Análise das políticas de acessibilidade;

Análise das políticas de participação dos estudantes em atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão;

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

Documentos de alunos existentes na secretaria acadêmica;

Relatório das Atividades Extensionistas e Iniciação Científica;

Relatórios de bolsas e descontos;

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

Análise documental;

Levantamento de dados na secretaria;

Levantamento da participação dos alunos nas atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.

EIXO 4 – POLÍTICA DE GESTÃO

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

Planos de carreira dos docentes e dos funcionários técnico-administrativos;

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

DOCENTES

Número de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho;

Experiência profissional no magistério superior;

Experiência profissional fora do magistério superior;

Formação didático-pedagógica;

Crítérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira;

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Número de funcionários técnico-administrativos;

Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos;

Experiência profissional;

Crítérios de ingresso na instituição;

Políticas de capacitação.

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

Análise documental;

Levantamento de indicadores e de dados;

Reuniões para identificação das políticas existentes e utilizadas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;

Entrevistas.

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;

Existência de procedimentos para a tomada de decisões institucionais em relação às finalidades educativas;

Comunicação interna e externa.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão: Atas dos órgãos colegiados;

Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos da instituição;

Funcionamento do sistema de registro acadêmico;

Funcionamento do sistema e recursos de informação;

Mecanismos de controle de normas acadêmicas;

Organogramas;

Regimento.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

Análise documental de organograma, de regulamentos internos e de outros instrumentos normativos da IES;

Verificação dos recursos de informação instalados e disponibilizados para a comunidade acadêmica;

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;

Políticas direcionadas à aplicação de recursos para Programas de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

Planilha financeira que compõe o PDI;

Tabela de cursos oferecidos.

Indicadores:

Relação ingressantes/concluintes; Relação

Docentes em capacitação;

Relação dos Técnico-administrativos em capacitação.

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

Avaliação da situação da IES quanto a sua sustentabilidade financeira;

Levantamento dos pontos fortes e fracos que podem garantir ou ameaçar a sustentabilidade financeira;

Atualização e aplicação de questionário de avaliação para esta dimensão a ser respondido pela comunidade acadêmica, incluindo egressos da faculdade;

Análise dos questionários para identificação das debilidades e das fortalezas.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA:

Dimensão 7: Dimensão Avaliada: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

Adequação da infraestrutura da instituição em função das atividades de ensino e extensão;

Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;

Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;

Número de laboratórios e adequação para as necessidades da instituição em relação aos cursos e a quantidade dos estudantes;

Número de postos na biblioteca e salas de leitura e adequação quanto às necessidades dos usuários;

Adequação dos horários e calendário da biblioteca quanto às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES;

Quantidade e qualidade dos equipamentos da biblioteca;

Disponibilidade dos materiais em relação à demanda;

Disponibilidade da bibliografia básica ou complementar em relação à demanda;

Satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia;

Satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas da IES; Adequação das instalações para os estudantes com necessidades especiais;

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

número de salas de aula e demais instalações utilizadas para o desenvolvimento do Ensino, Iniciação Científica e extensão.

Acessos para portadores de necessidades especiais;

Materiais e equipamentos de laboratórios; Bibliografias e demais itens da biblioteca.

Setores Responsáveis: CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

Análise documental;

Reuniões técnicas setoriais para levantamento da infraestrutura física e tecnológica existente e análise para a identificação de sua adequação à estrutura de oferta;

Atualização e aplicação de questionário de avaliação;

Análise dos questionários.

AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de autoavaliação. O processo de avaliação externa, independentemente de sua abordagem, orienta-se por uma visão multidimensional que busca integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Segundo o SINAES, a avaliação externa será feita pelo Ministério da Educação, por intermédio do INEP.

Compõe-se de duas etapas:

1ª a visita dos avaliadores à instituição;

2ª a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Na primeira etapa, depois de terem apreciado o relatório de autoavaliação, antecipadamente disponibilizado, os avaliadores externos deverão manter interlocução com os dirigentes, os corpos docente, discente e técnico-administrativo com o objetivo de conhecer, em maior profundidade, como são desenvolvidas as atividades da IES. A comissão de avaliadores também terá acesso aos documentos e às instalações da instituição, a fim de obter informações adicionais que considerem necessárias para que o processo seja o mais completo possível.

Na segunda etapa, a comissão de avaliadores elabora o relatório de avaliação institucional, tendo por base o relatório de autoavaliação, os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita.

Os resultados do processo de avaliação da instituição, envolvendo autoavaliação e avaliação externa, expressos nesse relatório, serão encaminhados à CONAES para a elaboração de seu parecer conclusivo. Esse parecer, encaminhado para órgãos competentes, será a base para subsidiar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento de políticas internas da IES, bem como para a implantação ou manutenção de políticas públicas relacionadas à regulação do sistema de educação superior do país. A Lei n.º 10.861/2004 prevê, para os resultados considerados insatisfatórios, a celebração de um Protocolo de Compromisso entre o MEC e a respectiva instituição.” (Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. INEP,2004)

Segundo essa dinâmica, a soma da autoavaliação e da avaliação externa constitui a avaliação institucional que será implementada pelo MEC/INEP. O trabalho conjunto entre a IES e o MEC é que poderá trazer elementos de melhoria para a Instituição e subsídios para as políticas públicas voltadas à educação superior.

A Avaliação Externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de Autoavaliação. O processo de avaliação externa, independentemente de sua abordagem, orienta-se por uma visão multidimensional que busca integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade

UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES

Os resultados da Avaliação Institucional interna (Autoavaliação) e da Avaliação in loco deverão ser amplamente divulgados na comunidade acadêmica como continuidade do processo da Avaliação Institucional, deverão também oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, deverão ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos impressos e/ou eletrônicos e outros. A divulgação deve propiciar também oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

É necessário que haja clareza na comunicação das informações e caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos, considerando a diversidade de leitores. Além disso, é importante que o relatório apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica a serem implementadas.

Visando à continuidade do processo avaliativo, ao final deste é importante uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados, o que permitirá planejar ações futuras. Assim o processo de Autoavaliação proporcionará o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, e será um balizador da avaliação externa prevista no SINAES como a próxima etapa da Avaliação Institucional.

Divulgação dos relatórios

Com base nos dados levantados, a divulgação dos resultados ocorrerá por meio de relatórios parciais e de um relatório final ao término de cada ciclo avaliativo. Esses relatórios serão apresentados à comunidade interna e à comunidade externa. Dessa forma, a Instituição se apresentará à sociedade, com consciência e responsabilidade. Tornará explícita a sua atuação no exercício da função social que exerce.

Reorientação das ações institucionais

Para que a avaliação produza resultados úteis, faz-se necessário desencadear ações pró-ativas. Para tanto, deve-se discutir com as diversas unidades institucionais quais as estratégias e procedimentos que podem ser adotados para se alcançar a melhor qualidade e levar em conta a autorregulamentação preconizada no Plano de Desenvolvimento Institucional da própria Instituição.

Meta-Avaliação

Logo após a concretização das etapas previstas na Autoavaliação da Faculdade, incluindo a apreciação pelos órgãos competentes, a Comissão Própria de Avaliação desenvolverá um plano de continuidade do trabalho de avaliação. Dessa forma, o programa de avaliação da Faculdade prevê também a avaliação da própria avaliação, a meta-avaliação, como recurso dinâmico e de realimentação do processo. É uma etapa de autocrítica onde os aspectos metodológicos e instrumentais do processo avaliativo são submetidos a um criterioso julgamento, para determinar se a sua eficiência, eficácia e efetividade permitem sua reutilização ou se devem ser repensados, no todo ou em parte.

A meta-avaliação será realizada através de reuniões que apontem para a utilidade, a exatidão, a viabilidade e a propriedade dos métodos e instrumentos utilizados.

CONCLUSÃO

A atividade de avaliar sempre foi uma questão polêmica no ambiente escolar. Os participantes de um processo qualquer de avaliação se transformam ao se verem induzidos a recompor seus esquemas padronizados de análise de alguma coisa pressionados pelas evidências e desenvolvem suas capacidades de julgar.

O Projeto de Autoavaliação tem por finalidade definir suas potencialidades e deficiências, analisar as demandas e necessidades do contexto em que se insere, bem como definir seu projeto institucional.

Como uma produção coletiva da Comissão Própria de Avaliação constituída em cumprimento da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, e segundo as Diretrizes do SINAES, este projeto de Avaliação Institucional continuará a ser revisto, reelaborado, sempre no sentido de atualizá-lo e melhorá-lo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARRUDA, J. R. C. **Políticas e indicadores na educação superior**. Rio de Janeiro: Quallitymark/Dunya, 1997.
- BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BRASIL. Lei nº 9.394. 20 dez. 1996. **Encarte Extraclasse 83 do SINPRO-MG**, Belo Horizonte, maio 1997. 33p.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Secretaria da Educação Superior**.
Avaliação Institucional das universidades brasileiras. Brasília: SESU, 1994.
- BRASIL. Decreto nº 3.860. 11 jul. 2001. **Regulamenta o Sistema Federal de Ensino. Legislação e Jurisprudência (apostila) das Edições Técnicas de Administração Universitária**. In: CURSO DE REGISTRO ACADÊMICO. VII. Belo Horizonte: 2001, 215 p.
- DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.
- BRASIL, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.
- CARVALHO, Kécia Maria de. **Avaliação Institucional: regulação ou ferramenta de gestão acadêmica?** Dissertação de Mestrado, FEAD, Belo Horizonte, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Diretrizes para a Avaliação do Ensino Superior**. Brasília: MEC/Inep, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: MEC/Inep, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Proposta de dimensões para avaliação de cursos superiores**. Brasília: INEP/MEC, 2001.
- JULIATTO, C. I. **A busca da excelência acadêmica nas instituições de ensino superior por meio da avaliação**. In: Revista Iglu, n.1. out. 1991.
- NAVAJAS, Ana Maria. **Avaliação Institucional: uma visão crítica**. São Paulo:Unimarco Editora: 1998.
- PETERSON, Marvim W. e MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) **Avaliação institucional**. Brasília: Universidade de Brasília: 1999.

SILVA JUNIOR, J. R. **Novas faces da educação superior no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira. Comissão Especial de Avaliação. Brasília: 2003.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

STARK, Joan S; MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) e MACHADO DE SOUZA, Edson. **Avaliação em instituições de ensino superior**. Brasília: Universidade de Brasília:1998.

TRIGUEIRO, Michelangelo G. Santoro. **A Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras: Diagnóstico e Perspectivas**. In:REUNIÃO PLENÁRIA DO CRUB, 63. Fortaleza: 1998.

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. **Programa de Avaliação Institucional da Universidade Metodista de Piracicaba**. Piracicaba, São Paulo: UIMEP, 2000.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional e o avaliador**. São Paulo: IBRASA, 2000.